

Cachambi
Participações
S.A.

**Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores da
Cachambi Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cachambi Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cachambi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Durante o exercício de 2020 foi reconhecida a aquisição do investimento na Joatinga Participações S.A., entidade sob controle comum, pelo seu valor justo (R\$ 403.896 mil) ao invés de ter sido pelo seu valor contábil (R\$ 188.219 mil), com contrapartida no patrimônio líquido. Ainda dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu uma baixa no investimento (R\$ 215.677 mil) para reduzir o montante ao valor contábil do patrimônio líquido da Joatinga Participações S.A., com contrapartida no resultado do exercício ao invés de ter considerado diretamente na rubrica reserva de capital. Durante o exercício de 2021, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 215.677 mil da rubrica prejuízos acumulados para a rubrica reserva de capital, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Conforme notas explicativas 22 e 30 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 apresenta na rubrica contas a pagar a antigos acionistas, saldo relativo a *earn-out* oriundo da aquisição da controlada indireta Bigsal - Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. no montante de R\$ 4.926 mil e a demonstração consolidada do resultado do exercício findo naquela data apresenta despesa relativa ao ajuste a valor justo do referido *earn-out* no montante de R\$ 13.588 mil na rubrica despesas financeiras. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, um passivo financeiro classificado ao valor justo por meio do resultado deve ser subsequentemente mensurado ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado. No entanto, a controlada indireta Bigsal - Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. só realizou a mensuração do valor justo do referido *earn-out* para a data-base de 30 de junho de 2021, cuja atualização mensurada em R\$ 13.588 mil foi reconhecida integralmente na rubrica despesas financeiras do resultado do período corrente, sem a análise dos impactos em períodos anteriores e potencial retificação dos respectivos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Se a análise do impacto da mensuração do valor justo do *earn-out* sobre os períodos anteriores tivesse sido realizada, certos elementos das demonstrações contábeis acima referidas poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes relativos a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício anterior

O balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 14 de junho de 2021, sem modificação.

Demonstrações contábeis consolidadas do exercício anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, ou quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre ele.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-027666/F



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Cachambi Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	41	1	39.784	41.164	Fornecedores	17	-	-	8.338	12.251
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	38.908	29.832	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	8.902	9.232
Estoques	11	-	-	23.943	21.375	Obrigações trabalhistas	19	-	-	4.012	3.569
Tributos a recuperar	12	2	-	3.198	234	Obrigações tributárias	20	1	-	1.744	1.238
Outros créditos		-	-	1.356	2.652	Dividendos a pagar		-	-	-	226
Total do ativo circulante		43	1	107.189	95.257	Empréstimos com partes relacionadas	22	17	-	60.140	-
Não circulante						Adiantamento de clientes		-	-	1.005	1.627
Tributos a recuperar	12	-	-	6.060	7.405	Contas a pagar a antigos acionistas	22	-	-	13.022	-
Tributos diferidos	13	-	-	2.509	12.546	Outras contas a pagar	22	3	-	4.502	2.811
Outros créditos		-	-	709	410	Total do passivo circulante		21	-	101.665	30.954
Total do realizável a longo prazo		-	-	9.278	20.361	Não circulante					
Investimentos	14	160.594	188.218	-	-	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	15.389	24.100
Outros investimentos		-	-	314	293	Provisão para processos judiciais	21	-	-	228	306
Imobilizado	15	-	-	31.194	29.191	Empréstimos com partes relacionadas	22	24	-	32.012	-
Intangíveis	16	-	-	161.911	161.961	Outras contas a pagar a antigos acionistas	23	-	-	-	63.484
Total do ativo não circulante		160.594	188.218	202.697	211.806	Total do passivo não circulante		24	-	47.629	87.890
Total do ativo		160.637	188.219	309.886	307.063	Patrimônio líquido	24				
						Capital social		5	5	5	5
						Adiantamento para futuro aumento de capital		50	-	50	-
						Reservas de lucros		211.633	433.951	211.633	433.951
						Prejuízos acumulados		(51.096)	(245.737)	(51.096)	(245.737)
						Total do patrimônio líquido		160.592	188.219	160.592	188.219
						Total do passivo		45	-	149.294	118.844
						Total do passivo e patrimônio líquido		160.637	188.219	309.886	307.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cachambi Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		2021	2020	2021	2020
	Nota				(não auditado)
Receita operacional líquida	25	-	-	195.592	-
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(174.471)	-
Lucro bruto		-	-	21.121	-
Despesas gerais e administrativas	27	(52)	-	(37.282)	-
Despesas de vendas e distribuição	28	-	-	(20.506)	-
Provisão (reversão) para perdas com crédito esperadas	10	-	-	(106)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	29	-	-	39.624	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(52)	-	2.851	-
Receitas financeiras	30	-	-	2.110	-
Despesas financeiras	30	(2)	-	(22.828)	-
Resultado financeiro líquido		(2)	-	(20.718)	-
Participação nos lucros (prejuízos) das empresas investidas por equivalência patrimonial	14	(27.850)	(215.677)	-	-
Resultado antes dos impostos		(27.904)	(215.677)	(17.867)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(10.037)	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(27.904)	(215.677)	(27.904)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cachambi Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo)Lucro líquido do exercício	<u>(27.904)</u>	<u>(215.677)</u>	<u>(27.904)</u>	<u>-</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(27.904)</u>	<u>(215.677)</u>	<u>(27.904)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cachambi Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
			Reserva de capital	Reservas de incentivos fiscais		
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (não auditado)	5	-	355.500	48.391	-	403.896
Resultado do exercício	-	-	-	-	(215.677)	(215.677)
Constituição (absorção) de reserva de incentivos fiscais reflexa de controlada líquida	-	-	-	30.060	(30.060)	-
Uso da resersa de lucros para absorção de prejuízos reflexa	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	5	-	355.500	78.451	(245.737)	188.219
Ajuste de exercícios anteriores - nota 24.f	-	-	(215.677)	-	215.677	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(27.904)	(27.904)
Constituição (absorção) de reserva de incentivos fiscais reflexa de controlada líquida	-	-	-	(6.868)	6.868	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	227	-	-	227
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50	-	-	-	50
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5	50	140.050	71.583	(51.096)	160.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cachambi Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(27.904)	(215.677)	(27.904)	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Provisão para perdas de crédito esperadas	10	-	106	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	10.037	-
Depreciação	15	-	2.619	-
Amortização	15	-	50	-
Resultado da baixa do ativo imobilizado	15	-	131	-
Resultado da baixa do ativo intangível	16	-	-	-
Encargos financeiros e IOF sobre mútuo	22	-	5.025	-
Encargos financeiros sobre empréstimos bancários	18	-	2.066	-
Ajuste a valor justo <i>earn-out</i>	22	-	13.588	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	27.850	-	-
Provisão para processos judiciais	21	-	(78)	-
	(54)	-	5.640	-
Redução / (aumento) em ativos				
Clientes	-	-	(9.182)	-
Estoques	-	-	(2.568)	-
Tributos a recuperar	(2)	-	(1.619)	-
Outros créditos	-	-	997	-
Aumento/(redução) em passivos				
Fornecedores	-	-	(3.913)	-
Obrigações trabalhistas	-	-	443	-
Obrigações tributárias	1	-	506	-
Adiantamentos de clientes	-	-	(622)	-
Outras contas a pagar	4	-	1.692	-
Contas a pagar a antigos acionistas	-	-	(5.492)	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(51)	-	(14.118)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18	-	(2.007)	-
Juros pagos de mútuos com partes relacionadas	22	-	(2.705)	-
Pagamento de dívidas com <i>sellers</i> e <i>earn-out</i>	22	-	(58.558)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(51)	-	(77.388)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de outros investimentos	-	-	(21)	-
Aquisição de ativo imobilizado	15	-	(4.753)	-
Aquisição de intangível	16	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	-	(4.774)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de contrato de mútuo com partes relacionadas	22	41	89.832	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50	50	-
Amortizações de empréstimos e financiamentos	18	-	(9.100)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	91	-	80.782	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	40	-	(1.380)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1	41.164	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	41	39.784	1
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	40	-	(1.380)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cachambi Participações S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado constituída 11 de setembro de 2018, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Rua Alcindo Guanabara, nº 25, sala 1804.

Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia comprou 100% da Joatinga Participações S.A..

A Joatinga Participações S.A. (“Joatinga”) detêm 100% da Bigsal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. (“Bigsal”) que tem como principais atividades a produção e comercialização de suplementos para nutrição animal, com um portfólio que abrange de suplementos minerais a rações balanceadas para ruminantes, peixes, equinos, animais de companhia, entre outros.

Impactos do COVID-19 (coronavírus) nos negócios do Grupo

Em 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pelo Grupo. O Grupo vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que O Grupo tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (ii) emprego de *home office* para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

No entanto, mesmo com os fatos citados, O Grupo não sentiu qualquer impacto relevante em seu faturamento ou índice de inadimplência, tampouco, incorreu na necessidade de adotar medidas de forma a adaptar sua estrutura organizacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício na individual e no consolidado foi de R\$ 27.904 e o fluxo de caixa operacional ficou negativo em R\$ 51 no individual, e negativo em R\$ 77.388 no consolidado. O ano de 2021 foi atípico, no qual ocorreram despesas extraordinárias decorrentes da operação de venda da Bigsal, como correção dívida com os ex-sócios no valor de R\$ 13.588, consultorias de fechamento no valor de R\$ 11.400, e phantom shares no valor de R\$ 7.021, totalizando o valor de R\$ 32.009 mil. Para fazer frente a essas despesas extraordinárias, o novo controlador realizou um empréstimo no montante de R\$ 89.832 mil. Tais despesas de 2021 não são esperadas para o ano de 2022.

Considerando os efeitos das ações acima descritas na posição financeira da Companhia e suas controladas, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, considerando-se baixa a probabilidade de não ocorrência ou risco de um eventual insucesso nos planos de otimização da estrutura de capital e liquidez, dessa forma, não havendo dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

3 Relação de entidades controladas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas direta e indiretamente. O controle sobre essas companhias é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades.

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada:

Controladas	Participação Direta 2021 e 2020	Participação Indireta 2021 e 2020
Joatinga Participações S.A.	100%	-
Bigal Indústria e Comércio de Suplementos Nutrição Animal S.A.	-	100%

Joatinga Participações S.A.

A Joatinga Participações S.A. é uma companhia de capital fechado constituída em 2 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro, na Rua Alcindo Guanabara, n° 25, sala 1804. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista. A controlada possui 100% do capital da Bigsal.

Bigal - Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A.

A Bigal - Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. é uma sociedade por ações com sede na Rodovia BR 364, KM 8, Lote 37-A, Secção C, zona rural do município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

A controlada tem como principais atividades a produção e comercialização de suplementos para nutrição animal, com um portfólio que abrange de suplementos minerais a rações balanceadas para ruminantes, peixes, equinos, animais de companhia, entre outros.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 7.6** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 10** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa nº 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; e
- **Nota explicativa nº 21** – reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

7.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis individuais incluem a participação da Companhia no

lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

7.2 Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre o Grupo.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Suplementos para nutrição animal	Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional. Não há nenhum desconto padrão para as vendas e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47.	O momento correto da transferência do controle da mercadoria e reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. As notas fiscais são emitidas considerando o preço mínimo vigente nos contratos de venda.

7.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

7.4 Benefícios a empregados

A controlada indireta, Bigsal, outorgou aos executivos o direito a valorização de ações ("*phantom shares*"). Os direitos conferem aos beneficiários um pagamento em dinheiro após um evento de liquidez. O prêmio a ser pago é determinado com base na variação entre o preço da ação no momento inicial (valor de referência inicial) e o preço da ação no momento do evento de liquidez descrito nos contratos (valor de referência final). Os direitos devem ser exercidos em uma janela de prazo junto ao evento de liquidez, podendo ser caducados caso não sejam exercidos nessa data.

Os valores das ações serão reavaliados pela Administração anualmente pelo seu valor justo e as provisões serão complementadas ou revertidas de acordo com a valoração calculada pela Companhia e suas controladas.

A administração realizou o cálculo e registro do *phantom shares* no exercício de 2021.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a

data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a controlada indireta, a Bigsal, espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

7.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluíram o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais estimadas para os exercícios corrente e comparativo (não auditado) são as seguintes:

	Taxa (%) a.a.
Edifícios	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7.7 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controlada é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável e incluído no ativo intangível nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. A vida útil estimada é a seguinte:

	Taxa (%) a.a.
<i>Software</i>	20%
Licenças de uso de sistemas	10%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.9 Capital social

O capital social está representado por quotas totalmente subscritas e integralizadas. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente às quotas, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

7.10 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 03 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor

recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.11 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

7.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e suas controladas e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais

favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

7.13 Subvenções governamentais

A controlada indireta Bigsal está a luz do benefício fiscal de ICMS sob o Convênio nº 100/97 este benefício é calculado com redução de 60% da base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas.

A controlada indireta Bigsal conta ainda com as subvenções governamentais recebidas através da SUDAM.

Os reconhecimentos contábeis para ambos os benefícios fiscais, são realizados no resultado do exercício, na medida em que determinados critérios dos programas são cumpridos, conforme determinado pelo CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

Também estão sendo observados os aspectos fiscais requeridos quanto ao registro destas subvenções em “Reserva de incentivo fiscal” no Patrimônio líquido.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas:

- **Alterações ao CPC 50 – Contratos de Seguro:** Aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. O foco é o modelo geral, complementado por: uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.
- **Alteração ao CPC 27 – Ativo Imobilizado:** O CPC emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração ao CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** O CPC emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao CPC 15 – Combinação de Negócios:** Com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao CPC 15 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Alterações ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação; o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** O CPC emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Não há outras normas, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que conforme entendimento atual da Administração, poderiam trazer impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	1	61	62
Banco conta movimento	41	-	6.321	3.517
Aplicação financeira	-	-	33.402	37.585
	41	1	39.784	41.164

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e de

médio prazo, investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira pelo regime de competência.

Instituição financeira	CDI	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020 (Não auditado)
Bradesco	98% a 100%	-	-	33.400	21.898
Itaú	100% a 101,5%	-	-	-	13.163
Santander	100%	41	-	-	414
Votorantim	100%	-	-	-	2.119
Jicred		-	-	2	1
		41	-	33.402	37.595

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Consolidado)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para perdas de crédito esperada.

A Companhia e suas controladas estima sua provisão para perdas de crédito esperada do contas a receber para o período prospectivos de 12 meses conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros.

	2021	2020 (Não auditado)
Clientes	39.219	29.842
Cheques a Receber	-	195
	39.219	30.037
Provisão devedores duvidosos	(311)	(205)
	38.908	29.832

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer em 31/12/2021 e 2020:

	2021	2020 (Não auditado)
A vencer		
Até 30 dias	13.321	11.361
De 31 a 60 dias	10.653	7.978
De 61 a 90 dias	7.278	5.640
De 91 a 180 dias	6.697	3.991
De 181 a 360 dias	3	47
Mais de 360 dias	-	-
	37.952	29.017
Vencidas		
Até 30 dias	738	546
De 31 a 60 dias	40	40
De 61 a 90 dias	53	134
De 91 a 180 dias	115	42
De 181 a 360 dias	113	50
Mais de 360 dias	208	208
	1.267	1.020
	39.219	30.037

A provisão para perda com crédito esperada foi mensurada com base no histórico de perdas da Companhia e suas controladas, levando em consideração também aqueles clientes que não possuem garantias reais. A estimativa elaborada pela Administração é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas para os próximos 12 meses:

Movimentação da provisão para perdas com crédito esperadas:

	2021	2020 (Não auditado)
Saldo Inicial	(205)	(210)
Adições	(106)	(87)
Baixas	-	92
Saldo final	(311)	(205)

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 31.

11 Estoques (Consolidado)

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto, abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação dos estoques incluem todos os gastos diretamente relacionados com as unidades produzidas, também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os insumos em produtos acabados.

O reconhecimento no resultado é feito mediante a venda do produto, o custo é registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

	2021	2020 (Não auditado)
Produtos acabados	3.303	5.148
Insumos	19.905	15.771
Produtos em elaboração	204	71
Outros estoques	531	386
	23.943	21.375
	23.943	21.375

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020 (Não auditado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS à recuperar (i)	-	-	8.905	7.405
Imposto de renda a recuperar	2	-	353	234
	2	-	9.258	7.639
	2	-	9.258	7.639
Circulante	2	-	3.198	234
Não circulante	-	-	6.060	7.405

(i) O valor do ICMS a recuperar refere-se a apropriação de créditos de ICMS sobre a aquisição e matérias primas e materiais de embalagem. O Imposto de renda a recuperar esta relacionado ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras.

13 Tributos diferidos (Consolidado)

	2021	2020 (Não auditado)
IRPJ diferido	1.845	9.225
CSLL diferido	664	3.321
	2.509	12.546
	2.509	12.546

	Base de cálculo	Alíquota	2021
Ágio por rentabilidade futura	147.596	34%	50.183
(-) Amortização fiscal do <i>Goodwill</i>	(140.217)	34%	(47.674)
			2.509
			2.509

Efeitos no resultado

	Base de cálculo	Alíquota	2020 (Não auditado)
Ágio por rentabilidade futura	147.596	34%	50.183
(-) Amortização fiscal do <i>Goodwill</i>	(110.697)	34%	(37.637)
			12.546
			12.546

Efeitos no resultado

Em 31 de março de 2017, a Administração da Bigsal, controlada indireta, registrou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo sobre o ágio (*goodwill*), mencionado na Nota Explicativa nº 7.6, recebido na incorporação reversa da antiga controladora Engenho de Dentro Participações Ltda., mencionada na Nota Explicativa nº 1.

Embora para fins contábeis o ágio (*goodwill*) não seja amortizado, para fins fiscais a amortização é permitida para o cálculo do lucro real. A Administração da controlada indireta concluiu que o ágio atende aos requisitos da legislação fiscal vigente, que permite a amortização dedutível de até 1/60 avos por mês, para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL). Assim, a amortização somente para fins fiscais gera uma diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro fiscal, que, nos termos do CPC 32, requer o registro do efeito tributário no resultado do exercício.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social do período corrente e diferido consolidado no

resultado pode ser demonstrada por:

	2021	2020 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.867)	-
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	6.075	-
Subvenção de investimentos	17.334	-
Amortização <i>ágio</i>	(10.037)	-
Consultoria (i)	(3.619)	-
Incentivos longo prazo (<i>phantom shares</i>) (ii)	(1.989)	-
Ativo fiscal diferido não reconhecido sobre base negativo e prejuízo fiscal	(19.203)	-
Outras adições e exclusões permanentes	1.402	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido	(10.037)	-
Alíquota fiscal efetiva	56%	-

A Consultoria adicionada se trata de gastos na operação de venda pagos pela controlada indireta Bigsal, considerada na apuração do lucro real como uma adição permanente por ser não operacional.

- (i) A Adição Incentivo de Longo Prazo (*phantom shares*) se trata de provisão do valor devido aos beneficiários ref. ao evento de liquidez, que teve seu valor final apurado quando da efetivação do evento de venda da Companhia e suas controladas.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados totalizam R\$ 191.062 (R\$ 134.584 em dezembro de 2020), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possa utilizar os benefícios destes. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

14 Investimentos

a. Composição dos saldos:

	Controladora	
	2021	2020 (Não auditado)
Controlada direta		
Joatinga Participações S.A..	160.594	188.218
	160.594	188.218

b. Informações sobre a investida

<i>Saldos na Controlada</i>	2021	2020 (Não auditado)
<i>Joatinga Participações S.A.</i>		
Ativos circulante	523	441
Ativos não circulante	171.622	188.445
Passivos circulante	7.064	227
Passivos não circulante	3.964	-
Capital social integralizado	99.458	99.458
Patrimônio líquido	160.594	188.218
Receita operacional líquida	-	-
Resultado do período	(27.850)	19.952
Participação %	100%	100%

c. Movimentação do investimento

	Participação no capital social total	Saldo investimento 31.12.2020	Estorno de Provisão de Dividendos Propostos	Equivalência Patrimonial	Saldo investimento 31.12.2021
Joatinga Participações S.A..	100%	188.218	226	(27.850)	160.594

	Participação no capital social total	Saldo investimento 31.12.2019 (Não auditado)	Aquisição de investimento	Equivalência Patrimonial	Saldo investimento 31.12.2020 (Não auditado)
Joatinga Participações S.A..	100%	-	188.218	-	188.218

15 Imobilizado (Consolidado)

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis, utensílios e instalações	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:								
Em 1º de janeiro de 2020 (Não auditado)	8.000	8.813	12.261	6.015	292	487	219	36.087
Adições	-	2.844	3.605	160	41	46	-	6.696
Baixas	-	(7)	(632)	(436)	-	-	-	(1.075)
Transferências	-	100	119	-	-	-	(219)	-
Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	8.000	11.750	15.353	5.739	333	533	-	41.708
Adições	1.930	1.700	694	320	80	29	-	4.753
Baixas	-	-	(48)	(550)	(21)	(18)	-	(637)
Em 31 de dezembro de 2021	9.930	13.450	15.999	5.509	392	544	-	45.824
Depreciação acumulada:								
Em 1º de janeiro de 2020 (Não auditado)	-	(939)	(4.673)	(4.534)	(107)	(240)	-	(10.493)
Despesa de depreciação no exercício	-	(443)	(1.601)	(573)	(31)	(75)	-	(2.723)
Baixas	-	-	536	163	-	-	-	699
Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	-	(1.382)	(5.738)	(4.944)	(138)	(315)	-	(12.517)
Despesa de depreciação no exercício	-	(553)	(1.559)	(389)	(37)	(81)	-	(2.619)
Baixas	-	-	42	433	15	16	-	506
Em 31 de dezembro de 2021	-	(1.935)	(7.255)	(4.900)	(160)	(380)	-	(14.630)
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2020	8.000	10.368	9.615	795	195	218	-	29.191
Em 31 de dezembro de 2021	9.930	11.515	8.744	609	232	164	-	31.194

Do valor total do ativo imobilizado, R\$ 2.830 estão alienados a contratos de empréstimos e financiamentos, sendo: R\$ 1.606 referente a veículos e R\$ 1.224 referente a máquinas e equipamentos.

Quando da aquisição das quotas de capital da controlada indireta Bigsal pela Engenho de Dentro, ocorrida em 21 de dezembro de 2016, foi desenvolvido um laudo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation*). O terreno e as edificações foram avaliados pela firma especializada Bela Vista Imóveis Ltda. e as máquinas e equipamentos foram avaliados pela firma especializada Soares Industrial Ltda., para se apurar os respectivos valores justos. A partir da comparação do total dos valores avaliados e o total dos saldos contábeis líquidos dos bens avaliados chegou-se aos seguintes montantes de alocação de preço de compra:

Descrição	Valor (R\$)
Terrenos	8.000
Edificações	1.124
Máquinas e equipamentos	3.001

Em decorrência da incorporação reversa, ocorrida em 31 de março de 2017, os valores identificáveis foram alocados ao ativo imobilizado da Companhia e suas controladas nas proporções supracitadas.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia e suas controladas avaliam, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia e suas controladas não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16 Intangível (Consolidado)

	<u>Licença de software</u>	<u>Ágio</u>	<u>Marcas</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo ou avaliação:					
Em 1º de janeiro de 2020 (Não auditado)	306	147.596	13.836	575	162.313
Adições	77	-	-	63	140
Baixas	-	-	-	(376)	(376)
Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	383	147.596	13.836	262	162.077
Adições	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	383	147.596	13.836	262	162.077
Amortização acumulada:					
Em 1º de janeiro de 2020 (Não auditado)	(76)	-	-	(37)	(113)
Despesas de amortização no exercício	(38)	-	-	(12)	(50)
Baixas	-	-	-	47	47
Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	(114)	-	-	(2)	(116)
Despesas de amortização no exercício	(38)	-	-	(12)	(50)
Em 31 de dezembro de 2021	(152)	-	-	(14)	(166)
Valor residual líquido:					
Em 31 de dezembro de 2021	269	147.596	13.836	260	161.961
Em 31 de dezembro de 2020	231	147.596	13.836	248	161.911

Em 31 de março de 2017, a administração da controlada indireta Bigsal recebeu mais valia de marcas e ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) pela incorporação reversa da antiga controladora Engenho de Dentro Participações Ltda.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia e suas controladas testam, pelo menos anualmente, o valor recuperável dos ágios.

A Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa (UGC) determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a UGC e sua respectiva localização. O gerenciamento dos negócios da Companhia e suas controladas no Brasil considera uma única unidade geradora de caixa utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. Os fluxos de caixa decorrentes do uso continuado dos ativos relacionados são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pós-impostos.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	2021	2020
Taxa de desconto	10,8	12,0
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,8	5,0
Taxa de crescimento estimado para o EBTIDA (média para os próximos cinco anos)	15,1	15,6

Como resultado dos testes anuais, nenhuma perda significativa foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

17 Fornecedores (Consolidado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	2021	2020 (Não auditado)
Fornecedores	8.338	12.251
	8.338	12.251

Devido ao fato de os pagamentos serem realizados em curtíssimo prazo, e por não haver juros implícitos ou explícitos, a Companhia e suas controladas não adotaram o ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 31.

18 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Modalidade	Taxa média	Vencimento	2021	2020 (Não auditado)
Caixa Econômica Federal	Finame	3% a 6,5% a.a.	15/06/2022	47	127
Banco Rodobens S.A.	Finame	3% a 8,4% a.a.	15/06/2022	62	185
Banco da Amazônia S.A.	FNO	3% a.a.	15/05/2025	813	1.223
Banco Votorantim S.A.	CRI	CDI+ 3,8% a.a.	20/09/2024	11.622	15.828
Banco Bradesco S.A.	CRI	CDI+ 3,8% a.a.	20/09/2024	11.747	15.969
				24.291	33.332
Circulante				8.902	9.232
Não circulante				15.389	24.100

Garantias

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas estão garantidos por: alienação fiduciária de ativos imobilizados e aval dos sócios.

As operações com o Banco Votorantim S.A. e Banco Bradesco S.A. estão garantidos com a alienação fiduciária pelo total das ações representativas do capital social da controlada indireta Bigsal, mencionada na nota explicativa nº 24.a.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Tipo de Contrato	Saldo em 01/01/2020 (Não auditado)	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Capitacões	Saldo 31/12/2020 (Não auditado)
Finame	515	-	-	(203)	-	312
FNO	1.550	79	(35)	(371)	-	1.223
CRI	40.291	2.060	(2.050)	(21.504)	13.000	31.797
Total	42.356	2.139	(2.085)	(22.078)	13.000	33.332
Tipo de Contrato	Saldo em 01/01/2021	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Capitacões	Saldo 31/12/2021
Finame	312	-	-	(202)	-	110
FNO	1.223	114	(115)	(410)	-	812
CRI	31.797	1.952	(1.892)	(8.488)	-	23.369
Total	33.332	2.066	(2.007)	(9.100)	-	24.291

Cronograma de amortização da dívida

O cronograma de vencimento das dívidas com empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	2021
13 a 24 meses	8.743
25 a 36 meses	6.646
	15.389

19 Obrigações trabalhistas (Consolidado)

2021

2020

		(Não auditado)
Salários e ordenados a pagar	584	519
INSS a recolher	796	261
FGTS a recolher	85	76
Honorários a pagar	-	112
Participações no resultado a pagar	1.306	1.240
Provisões trabalhistas e previdenciárias	1.235	1.355
Outras obrigações trabalhistas	6	6
	4.012	3.569

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
				(Não auditado)
ICMS a recolher	-	-	53	42
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	1	-	419	278
Programa de Integração Social - PIS a recolher	-	-	213	133
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	-	-	987	618
Contribuição Social Retida na Fonte a recolher	-	-	3	30
Imposto sobre Serviços- ISS a recolher	-	-	17	18
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Terceiros a recolher	-	-	52	119
	1	-	1.744	1.238

21 Provisão para processos judiciais (Consolidado)

	2021	2020
		(Não auditado)
Provisão para riscos processuais	228	306
	228	306
	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	72	72
Adição (+)	252	252
Reversão (-)	(18)	(18)
31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	306	306
Adição (+)	74	74
Reversão (-)	(152)	(152)
31 de dezembro de 2021	228	228

A Companhia e suas controladas são parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é classificada como possível no montante de R\$ 170 (R\$ 1.551 em 2020), não registradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para eventuais perdas das causas prováveis. Baseada nestas avaliações, a Companhia e suas controladas consideram ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

22 Transações com partes relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, companhias ligadas aos ex-sócios da Companhia e suas controladas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais. Estão registradas nessa rubrica: I – a dívida remanescente, pela aquisição da Joatinga e Bigsal, junto aos sócios fundadores, sócios executivos e representantes comerciais, a qual está sujeita a correção pela IPCA; e II – o *Earn-Out*, parcela variável do preço de aquisição da Joatinga e da Bigsal, a ser paga somente em potencial negociação da Companhia no futuro e, cujo valor será proporcional ao preço atribuído à Companhia em tal potencial negociação. Contabilizado a correção da dívida do *earn-out* com ajuste a valor justo somente em julho de 2021 de acordo com o evento de liquidez celebrado em 01 de julho de 2021 conforme evidenciado na nota 01 contexto operacional.

Passivo	2021	2020
---------	------	------

<i>Earn-out</i>	576	23.520
<i>Ajuste a valor justo – earn-out</i>	4.350	-
Valor total <i>earn out</i>	4.926	23.520
<i>Sellers</i>	-	39.964
Outros valores a pagar (i)	8.096	-
	13.022	63.484
Passivo circulante	13.022	-
Passivo não circulante	-	63.484

Resultado	Consolidado	
	2021	2020
		(Não auditado)
HIG Brasil Assessoria de Investimentos Ltda.	9.591	-
Ajuste a valor justo <i>earn-out</i>	(13.588)	-

(i) Créditos de ICMS devido para antiga sócia, que serão ressarcidos a ela na medida que os créditos de ICMS forem consumidos.

Valores pagos a título de consultoria para a HIG Brasil Assessoria de Investimentos Ltda. referente aos serviços de monitoramento de investimentos desde a compra da Joatinga e da Bigsal.

As dívidas denominadas *sellers* e *earn-out* foram reclassificadas do longo para o curto prazo em 2021, conforme cláusula de vencimento do contrato. Para quitação desta obrigação captou-se recursos em 01 de julho de 2021, com pagamento no longo prazo, por meio de um contrato de mútuo junto a Trouw Nutrition Brasil Nutrição Animal Ltda., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, como forma de financiar as operações da Mutuária Bigsal Industria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A., controlada indireta da Cachambi. Contrato de mútuo firmado no valor bruto de R\$ 79.608 (o “Principal”), mais o valor de R\$ 1.404 ao IOF, que serão acrescidos de juros, os quais corresponderão a soma acumulado mensal de CDI, acrescido de 2% ao ano, devendo ser pagos de forma mensal. Já o valor principal terá seu pagamento iniciado em 10/02/2022, sendo as seis primeiras parcelas correspondentes a 40% do principal e os 60% restante em doze parcelas. Saldando assim a importância recebida até o dia 30/07/2023.

Abaixo demonstramos o cronograma de vencimento do mútuo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
01 a 12 meses	7.046	60.123
13 a 24 meses	3.964	31.988
	11.010	92.111

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
01 a 12 meses	17	60.140
13 a 24 meses	24	32.012
	11.010	92.111

Abaixo está apresentada a movimentação do saldo consolidado de mútuos mantido com a Trouw Nutrition Brasil Nutrição Animal Ltda.

Saldo no início do exercício	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
				(Não auditado)
Empréstimos efetuados	41	-	89.832	-

IOF	-	-	1.584	-
Juros provisionados	2	-	3.443	-
Juros pagos	(2)	-	(2.707)	-
Saldo no final do exercício	41	-	92.152	-
Passivo circulante	17	-	60.140	-
Passivo não circulante	24	-	32.012	-

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorre de transações com as suas controladas e demais entidades do Grupo. Estas operações foram realizadas em condições e termos definidas entre elas. Veja resumo a seguir:

a. Passivo

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores:		(Não auditado)
Trouw Nutrition Brasil Nutricao Animal Ltda. (nota explicativa 17)	221	-
Total do fornecedores	221	-

b. Resultado

	Consolidado	
	2021	2020
Gastos gerais de produção		(Não auditado)
Trouw Nutrition Brasil Nutricao Animal Ltda.	57	-
Total de gastos gerais de produção	57	-
Compra de produtos		
Trouw Nutrition Brasil Nutricao Animal Ltda.	514	-
Total de compras	514	-
Despesas financeiras (juros sobre mútuos)		
Trouw Nutrition Brasil Nutricao Animal Ltda.	3.030	-
Total de despesas financeiras	3.030	-

Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$ 1.243 em 2021 (R\$ 2.308 em 2020).

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para comissões	-	-	3.303	2.811
Outras contas a pagar	3	-	1.199	-
	3	-	4.502	2.811

24 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 99.458 (o mesmo em 2020), dividido em 99.457.842 ações (o mesmo em 2020), no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizadas.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2021, a controladora Trouw Nutrition Brasil Nutrição Animal Ltda. realizou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para a Companhia, no montante de R\$ 50. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizado quando houver a aprovação em assembleia geral dos acionistas.

c) Reservas legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 80.779 novas ações ordinárias, as quais foram subscritas e integralizadas pelo acionista Lhotse Brasil Partners I N – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior mediante a contribuição à Companhia da totalidade das ações que formam o capital social da Joatinga Participações S.A.

e) Reservas de incentivos fiscais

A legislação do Imposto de Renda possibilita que companhias situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do Imposto de Renda devido, para fins de investimento em projeto de ampliação/modernização da sua capacidade instalada. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM, apurado na vigência da Lei, é contabilizado no resultado do período e posteriormente transferido para reservas de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 523 do Regulamento do Imposto de Renda. A controlada indireta Bigsal possui projeto aprovado junto à SUDAM, conferindo o direito à redução do imposto de renda e da contribuição social em 75%. No exercício de 2021, a controlada indireta Bigsal apurou prejuízo fiscal, não utilizando, conseqüentemente, o direito à redução tributária.

A partir de 08 de agosto de 2017, com o acréscimo dos parágrafos 4º e 5º ao artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, pela Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, a controlada indireta Bigsal passou a reconhecer no resultado as subvenções estaduais recebidas através das isenções e reduções do ICMS, previstas no Convênio ICMS 100/97, observando também as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, as quais totalizam R\$ 50.981, nota explicativa 29.

Conforme parágrafo 1º do art. 30 da Lei n. 12973, na hipótese de ter utilizado a reserva de incentivos para absorção de prejuízos, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Consolidado	2021	2020
		(Não auditado)
Saldo no início do exercício	78.450	48.390
Receita de incentivo fiscal - ICMS	50.981	43.158
Absorção de prejuízo	(57.849)	(13.098)
	71.582	78.450

f) Ajuste de exercícios anteriores

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu inicialmente o investimento na Joatinga Participações S.A. ao valor justo (R\$ 403.896), com contrapartida no patrimônio líquido. Ainda dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu uma baixa no investimento (R\$ 215.677) para reduzir o montante ao valor contábil do patrimônio líquido da Joatinga

Participações S.A., com contrapartida no resultado do exercício.

Considerando que essa operação ocorreu entre entidades sob controle comum, a Companhia concluiu que o reconhecimento inicial do investimento deveria ter sido realizado pelo seu valor contábil (R\$ 188.219), com contrapartida no patrimônio líquido. Existindo, portanto, um erro nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia decidiu corrigir o efeito desse erro apenas nas contas patrimoniais e no exercício corrente, isto é, a Companhia reclassificou o saldo relativo à baixa do investimento (R\$ 215.677) da rubrica prejuízos acumulados para a rubrica reserva de capital.

25 Receita líquida de vendas (Consolidado)

	2021	2020 (Não auditado)
Receita bruta das vendas		
Mercado interno	273.931	-
Mercado externo	186	-
	<u>274.117</u>	<u>-</u>
Deduções		
(-) Impostos sobre vendas	(77.872)	-
(-) Deduções da receita bruta	(653)	-
	<u>(78.525)</u>	<u>-</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>195.592</u></u>	<u><u>-</u></u>

26 Custo do produto vendido (Consolidado)

	2021	2020 (Não auditado)
Insumos	(145.192)	-
Gastos com pessoal	(9.710)	-
Fretes	(7.579)	-
Gastos com veículos	(4.332)	-
Depreciação	(2.227)	-
Manutenções	(1.924)	-
Outros gastos	(2.124)	-
Energia elétrica	(1.061)	-
Serviços tomados	(321)	-
	<u>(174.471)</u>	<u>-</u>

27 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020 (Não auditado)
Serviços prestados	(50)	-	(22.382)	-
Despesas com pessoal	-	-	(12.059)	-
Utilidades de serviços	-	-	(219)	-
Impostos e taxas	(1)	-	(154)	-
Participações no resultado	-	-	(1.248)	-
Outras despesas	(1)	-	(1.220)	-
	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>(37.282)</u>	<u>-</u>

28 Despesas de vendas

	Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)
Comissões	(14.132)	-
Despesas com pessoal	(3.279)	-
Propaganda e publicidade	(2.288)	-
Despesas com veículos	(378)	-

Outras despesas	(429)	-
	(20.506)	-

29 Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)
Incentivos fiscais – Convênio ICMS 100/97 (a)	50.981	-
Reversão de Ações Cíveis	812	-
Receita com bens do ativo imobilizado	16	-
Demais receitas	741	-
Outras receitas	52.550	-
Bônus de <i>performance</i> (b)	(3.000)	-
Indenizações e perdas com processos cíveis	(232)	-
Outras saídas de estoques	(606)	-
Valor contábil dos bens vendidos	(132)	-
Provisão para perda com crédito esperada	(106)	-
Multas indedutíveis	(20)	-
Provisão de pagamentos para antiga sócia	(8.830)	-
Outras despesas	(12.926)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	39.624	-

- (a) Os valores referente aos Incentivos Fiscais – Convênio 100/97, refere-se as subvenções fiscais de ICMS na controlada indireta Bigsal, amparadas pelo convênio 100/97 em virtude da redução de 60% da base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais e isenção do ICMS nas operações internas da controlada indireta Bigsal.
- (b) Bônus de performance proveniente do evento de venda pela controladora da Companhia e suas controladas da totalidade das cotas em favor de um terceiro.

30 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020 (Não auditado)
Rendimentos de aplicação financeira	-	-	1.169	757
Juros ativos	-	-	305	643
Descontos obtidos	-	-	630	307
Juros ativos – Mútuo	-	-	6	-
Total das receitas financeiras	-	-	2.110	1.707
Ajuste a valor justo <i>earn-out</i> (a)	-	-	(13.588)	-
Variação monetária das obrigações com partes relacionadas	-	-	(1.421)	(1.727)
Juros passivos s/ empréstimos e financiamentos	-	-	(2.090)	(2.568)
Tarifas bancárias	-	-	(243)	(345)
Descontos concedidos	-	-	(261)	(270)
Despesas com cobrança	-	-	(51)	(64)
Juros passivos	-	-	(1)	(17)
Juros passivos – Mútuo	(2)	-	(3.323)	-
Demais despesas financeiras	-	-	(1.849)	(10)
Total das despesas financeiras	(2)	-	(22.828)	(5.001)
Resultado financeiro líquido	(2)	-	(20.718)	(3.294)

- (a) Contabilizado a correção da dívida do *earn-out* com ajuste a valor justo somente em julho de 2021 de acordo com o evento de liquidez celebrado em 01 de julho de 2021 conforme evidenciado na nota 01 contexto operacional e nota 20.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, relacionados principalmente a flutuação das taxas de juros e mudanças de preços de *commodities*.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de

gerenciamento de risco. A Administração também é responsável pelo desenvolvimento e o acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de treinamento, procedimentos de gestão e outros procedimentos, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Diretoria da Companhia supervisiona a forma na qual a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de risco e revisa a estrutura de risco determinada para a Companhia e suas controladas.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora				Valor justo		
		Valor contábil			Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2021	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros				
Ativos								
Caixa e bancos	9	-	41	-	41	-	-	-
Total		-	41	-	41	-	-	-
		Consolidado				Valor justo		
		Valor contábil			Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2021	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros				
Ativos								
Caixa e bancos	9	-	6.321	-	6.321	-	-	-
Aplicações financeiras	9	33.402	-	-	33.402	-	33.402	-
Contas a receber e outros créditos	10	-	38.908	-	38.908	-	38.908	-
Total		33.402	45.229	-	78.631	-	72.310	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	25.862	25.862	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	24.291	24.291	-	24.291	-
Total		-	-	50.153	50.153	-	24.291	-
		Consolidado (Não auditado)				Valor justo		
		Valor contábil			Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de dezembro de 2020	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros				
Ativos								
Caixa e bancos	9	-	3.517	-	3.517	-	-	-
Aplicações financeiras	9	37.585	-	-	37.585	-	37.585	-
Contas a receber e outros créditos	10	-	29.832	-	29.832	-	29.832	-

Total		37.585	33.349	-	70.934	-	67.417	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	15.062	15.062	-	15.062	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	33.332	33.332	-	33.332	-
Total		-	-	48.394	48.394	-	48.394	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais de diretoria. As demais estratégias tomadas são apresentadas na reunião que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa e créditos.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating, buscando rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi:

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos de créditos				(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	41	1	39.784	41.164
Contas a receber de clientes	-	-	38.908	29.832
Outros ativos	-	-	2.065	3.062
	41	1	80.757	74.058

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas iram encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de produtos de nutrição animal em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão os ativos e passivos financeiros demonstrados por ano de vencimento:

	2021 (Consolidado)					
	Valor Contábil	Valor Contratual	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Passivos						
Fornecedores	8.338	8.338	8.338	-	-	-
Adiantamentos de clientes	1.005	1.005	1.005	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	92.111	95.971	31.991	31.992	31.988	-
Empréstimos e financiamentos	24.291	26.242	10.853	4.363	8.713	2.313
	33.634	35.585	20.196	4.363	8.713	2.313

Não é esperado que os fluxos de caixa inclusos na análise da maturidade da Companhia e suas controladas possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (A)	9	41	1	39.784	41.164
Empréstimos e financiamentos (B)	18	-	-	24.291	33.332
Empréstimos com partes relacionadas (C)	22	41	-	92.152	-
Superávit apurado (A-B-C)		-	1	(76.659)	7.832

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas apresentam a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro do consolidado:

	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenários I					
			Provável		Aumento do índice em			
			%	Valor	25%		50%	
				%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	33.402	CDI	2,8%	935	3,5%	1.169	4,2%	1.403
Total dos ativos financeiros	33.402			935		1.169		1.403
Passivos financeiros								
Finame	110	TJLP	5,8%	6	7,2%	8	8,6%	9
FNO	812	TJLP	3,0%	24	3,8%	31	4,5%	37
CRI	23.369	TJLP	8,2%	1.921	10,3%	2.407	12,3%	2.881
Total dos passivos financeiros	24.291			1.951		2.446		2.927
Impacto no resultado				2.886		3.615		4.330
	Exposição 31/12/2021	Risco	Cenários II					
			Provável		Redução do índice em			
			%	Valor	25%		50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	33.402	CDI	2,8%	935	2,1%	701	1,4%	468
Total dos ativos financeiros	33.402			935		701		468
Passivos financeiros								
Finame	110	TJLP	5,8%	6	4,3%	5	2,9%	3
FNO	812	TJLP	3,0%	24	2,3%	19	1,5%	12
CRI	23.369	TJLP	8,2%	1.921	6,2%	1.449	4,1%	958
Total dos passivos financeiros	24.291			1.951		1.473		973
Impacto no resultado				2.886		2.174		1.441

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2020
Total do passivo	45	-	149.294	118.844
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(41)	(1)	(39.784)	(41.164)
Dívida líquida (A)	4	(1)	109.510	77.680
Total do patrimônio líquido (B)	160.595	188.219	171.101	188.005

Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,00	(0,00)	0,64	0,41
--	------	--------	------	------

32 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022 a controlada indireta, Bigsal, optou por liquidar os financiamentos junto ao Banco Bradesco S/A e Banco Votorantim S/A, utilizando recursos próprios para a quitação.

* * *

Fernando Cardoso
Diretor Vice-Presidente Financeiro

Moacir Fabiano
Diretor Financeiro

Djalma Bernardo Velozo
Contador
CRC RO 001412/O-11